

Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: Ensino Superior e Trajetórias em Portugal

Gerhard Seibert

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL)
Centro de Estudos Africanos–IUL, Portugal

Resumo

Desde sempre Portugal contribuiu para o desenvolvimento de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe através do ensino superior que alunos dos dois arquipélagos frequentaram em universidades portuguesas. Como o desenvolvimento do ensino secundário em Cabo Verde era mais avançado, esta colónia tinha proporcionalmente mais estudantes universitários em Portugal do que São Tomé e Príncipe. Durante a época colonial, Portugal tinha quase um monopólio na formação superior dos cabo-verdianos e são-tomenses. Os primeiros que frequentaram as universidades portuguesas foram os membros da pequena elite cultural e profissional das duas sociedades crioulas, seguidos, depois da II Guerra Mundial, por representantes da classe dirigente que as liderou durante o processo de descolonização e no período pós-colonial. Com a independência dos dois arquipélagos, em 1975, e o aparecimento da oferta de vagas e bolsas para o ensino superior para muitos outros países, Portugal tornou-se em, apenas, um entre outros países onde cabo-verdianos e são-tomenses obtiveram os seus diplomas universitários. Contudo, os dados disponíveis mostram que Portugal sempre continuou a ser um destino importante para alunos de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe. Esta escolha deve-se também ao facto de Portugal, por sua vez, ter beneficiado os estudantes dos dois pequenos países através de um regime especial que permite o ingresso na universidade sem provas de admissão. A primeira parte deste capítulo aborda a história do ensino superior dos dois arquipélagos na época colonial e, depois da independência, o desenvolvimento da formação superior dos seus quadros no exterior e no próprio país. A segunda parte apresenta dados de uma investigação sobre as experiências e trajetórias de antigos estudantes cabo-verdianos e são-tomenses em Portugal que regressaram ao país de origem e de estudantes que atualmente estão a frequentar universidades portuguesas.

Palavras-chave: Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, ensino superior, desenvolvimento, formação académica

Abstract

Portugal has always contributed to the development of Cape Verde and São Tomé e Príncipe through higher education, since students from both archipelagos attended courses at Portuguese universities. As the development of secondary education in Cape Verde was more advanced, this colony proportionally had more university students in Portugal than São Tomé e Príncipe. During the colonial period, Portugal almost had a monopoly of higher education of Cape Verdeans and São Tomeans. The first students, who attended Portuguese universities were members of the small cultural and professional elites of the two Creole societies, followed, after World War II, by representatives of the political elites, who led them during the decolonisation process and post-colonial period. Following independence of the two archipelagos in 1975 and the availability of scholarships for higher education in many other countries, Portugal became only one of the several countries where Cape Verdeans and São Tomeans earned university degrees. However, available data show that Portugal has continued to be an important destination for students from Cape Verde and São Tomé e Príncipe. This choice was also due to the fact that Portugal has privileged students from these two small countries with a special scheme that permits university entrance without admission exams. The first part of this chapter deals with the history of higher education in the two archipelagos during the colonial period and after independence, with the development of higher education of their cadres abroad and at home. The second part presents research data on experiences and trajectories of former Cape Verdean and São Tomean students in Portugal who returned to their home countries and students who currently attend Portuguese universities.

Keywords: Cape Verde, São Tomé e Príncipe, higher education, development, academic training

Educação secundária e superior na época colonial

Cabo Verde (4.033 km²) e São Tomé e Príncipe (1.001 km²) são pequenos Estados insulares com uma população de 496.000 (2010) e de 187.000 (2012) habitantes respetivamente. Desabitados na altura da sua descoberta pelos portugueses na segunda metade do século xv, os dois arquipélagos foram povoados por colonos brancos e escravos africanos, resultando desta colonização na época dos descobrimentos a emergência de duas sociedades crioulas, culturalmente homogéneas, isentas de divisões étnicas, linguísticas ou religiosas. Na altura da independência, em 1975, o rendimento *per capita* em São Tomé e Príncipe era superior ao de Cabo Verde. Contudo, no período pós-colonial Cabo Verde con-

seguiu inverter gradualmente esta situação. Segundo dados do Banco Mundial, atualmente o rendimento nacional bruto *per capita* é de US\$3.270 (2010) em Cabo Verde e de US\$1.140 (2009) em São Tomé e Príncipe (<http://web.worldbank.org/>). Outros indicadores socioeconómicos recentes também refletem as diferenças no desenvolvimento entre os dois pequenos países. O desenvolvimento do ensino e dos recursos humanos confirma estas divergências.

Durante o colonialismo moderno, uma das principais diferenças entre Angola, Moçambique e Guiné-Bissau por um lado, e Cabo Verde e São Tomé e Príncipe por outro, foi que o estatuto dos indígenas e o seu conceito de “assimilado” nunca foram aplicados à população crioula dos dois arquipélagos. Na opinião do regime colonial, as sociedades crioulas nos dois arquipélagos encontravam-se num nível civilizacional superior ao das sociedades africanas “tribais” do continente. Nas duas sociedades crioulas, logo depois do início da sua colonização no século xv, mestiços e negros livres tinham acesso a cargos públicos e religiosos. No século xx, em São Tomé e Príncipe, apenas os trabalhadores contratados de Angola e de Moçambique nas roças de cacau e café foram abrangidos pelo estatuto dos indígenas. Ainda no início de 1953, a Assembleia Nacional em Lisboa e o regime colonial em São Tomé discutiam a introdução do estatuto dos indígenas neste arquipélago. O objetivo era criar uma única categoria de africanos em São Tomé e Príncipe para resolver o problema da carência de mão de obra nas roças. Esta tentativa está diretamente relacionada com o massacre de fevereiro de 1953 em São Tomé, que custou a vida a dezenas de são-tomenses. Em consequência desta tragédia, em junho do mesmo ano, o regime de Salazar reconheceu os são-tomenses formalmente como cidadãos portugueses. No caso de Cabo Verde, o estatuto de cidadão já antes (1947) tinha sido oficialmente atribuído à sua população.

Consequentemente, durante a época colonial, em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, não foi o estatuto de assimilado que determinou o acesso ao ensino secundário e superior. Até à independência em 1975, os relativamente poucos cabo-verdianos e são-tomenses que tinham acesso ao ensino superior estudaram quase exclusivamente em Portugal. Em São Tomé e Príncipe, onde a elite nativa sempre foi negra, foram sobretudo fatores socioeconómicos que deram acesso ao ensino superior, pois no fim do século xix/ início de séc. xx foram os proprietários nativos e depois os funcionários públicos são-tomenses que puderam enviar os seus filhos para estudar em Portugal, enquanto que em Cabo Verde fatores raciais também desempenharam um papel importante, pois foram sobretudo os mestiços de Barlavento que tiveram acesso ao ensino secundário e superior, pois foi aí onde emergiram as primeiras instituições de ensino secundário em Cabo Verde. Em 1866 foi fundado o Seminário-Liceu em São Nicolau, posteriormente extinto

em 1917 devido à Lei da Separação do Estado das *Igrejas* introduzida durante a I República. No mesmo ano, foi criado o Liceu Infante Dom Henrique (em 1937 rebatizado Gil Eanes) em Mindelo, São Vicente, o único estabelecimento de ensino secundário em Cabo Verde, até 1961. Nesse ano, o então ministro do Ultramar, Adriano Moreira (1961-1963), criou o primeiro liceu no Sotavento, na Praia. Em São Tomé, a primeira escola secundária foi criada só em 1952, quase cem anos mais tarde do que em Cabo Verde.

Todavia, graças à riqueza de alguns proprietários são-tomenses que participaram com sucesso na florescente economia de plantação, nos fins do século XIX São Tomé mantinha em Portugal o mais alto número de estudantes negros de todas as colónias (Oliveira, 1993, p. 175). Exemplos proeminentes destes primeiros estudantes são-tomenses em Portugal são Caetano da Costa Alegre (1864-1890), o primeiro poeta de São Tomé, que, em 1887, começou a estudar medicina na *Escola Médico-Chirúrgica* em Lisboa, ou Ayres Menezes (1894-1965), o primeiro médico negro de São Tomé e Príncipe, que se licenciou em medicina na Universidade de Lisboa, em 1916. Ele foi um dos fundadores do jornal *O Negro* (1911), órgão dos estudantes negros. Em 1912, dez dos catorze membros fundadores da Junta de Defesa dos Direitos d'África (JDDA), a primeira organização pan-africana em Portugal, foram são-tomenses (Andrade, 1997, p. 90). Devido à marginalização económica e política da elite são-tomense pelo colonialismo português, cerca de cinquenta anos mais tarde São Tomé e Príncipe tinha-se tornado na colónia africana com o menor número de estudantes no ensino superior em Portugal. No ano letivo de 1958/1959, São Tomé e Príncipe tinha apenas 17 estudantes matriculados em universidades portuguesas enquanto havia 134 estudantes neste nível de ensino originários de Cabo Verde (Oliveira, 1993, p. 175).

Em Cabo Verde, a geração dos nativistas Eugénio Tavares (1867-1930), Luís Loff de Vasconcelos (1860-1923), José Lopes da Silva (1872-1962) e Pedro Monteiro Cardoso (1883-1942), no início do século XX, e os responsáveis do movimento literário da revista *Claridade*, fundada em Mindelo, em 1936, nomeadamente Baltasar Lopes da Silva (1907-1989), Manuel dos Santos Lopes (1907-2004) e Jorge Vera-Cruz Barbosa (1902-1971), são exemplos de uma pequena elite intelectual mestiça que resultou do desenvolvimento do ensino secundário nessa então colónia portuguesa. Estes três proeminentes claridosos também foram para Portugal estudar.

Depois da II Guerra Mundial chegou uma nova geração de estudantes das colónias africanas a Portugal. Para reunir e orientar estes estudantes o regime salazarista criou uma associação estudantil ultramarina, a Casa dos Estudantes do Império (CEI, 1944-1965) que, ao contrário do que o regime salazarista tinha previsto, com as mudanças políticas pós-guerra tornar-se-ia num centro de politização

destes jovens africanos que mais tarde estariam entre os líderes mais proeminentes dos movimentos de libertação dos seus países. Em 1953, encontram-se entre estes estudantes nacionalistas da CEI, Amílcar Cabral (1924-1973), um cabo-verdiano nascido na Guiné Portuguesa que completou o ensino primário e secundário em Cabo Verde, e a são-tomense Alda Graça do Espírito Santo (1926-2010), que pertenciam ao grupo que decidiu fundar a sua própria associação cultural, na altura o único espaço possível para o debate político, o Centro de Estudos Africanos (CEA), que existiu até ao início de 1954. As reuniões do CEA realizavam-se em casa da família são-tomense de Alda Espírito Santo, na Rua Actor Vale, n.º 37, em Lisboa.

No ano letivo 1967/1968 estavam matriculados em estabelecimentos de ensino superior em Portugal 37 são-tomenses, sendo 27 homens. Em 1972/1973 este número aumentou para 68, dos quais 43 eram do sexo masculino. Logo depois da Revolução de 25 de abril de 1974 em Portugal alguns destes estudantes regressaram a São Tomé, onde fundaram a Associação Cívica Pró-MLSTP (Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe), que teve um papel importante na luta política pela independência do país. Quinze anos mais tarde, durante o processo de democratização alguns destes ativistas desempenharam, de novo, um papel importante na política do seu país como fundadores do primeiro partido de oposição, que ganhou as primeiras eleições multipartidárias em janeiro de 1991. Também no caso de Cabo Verde, durante o processo de descolonização, estudantes ligados ao Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), regressados de Lisboa, apoiaram ativamente o partido, cujos dirigentes cabo-verdianos tinham chegado da Guiné onde, desde 1963, se travava a luta armada contra o regime colonial português, para tomar o poder político na Praia. Dos 33 membros do Conselho Nacional de Cabo Verde do PAIGC, em 1975, dez eram estudantes em Portugal (Lopes, 2002, p. 417). Alguns destes estudantes exerceram funções políticas no período do partido único e voltaram a ocupar cargos políticos importantes depois da introdução da democracia multipartidária no país.

Como acima referido, comparando o desenvolvimento do ensino durante o colonialismo moderno nos dois arquipélagos, Cabo Verde ocupou sempre um lugar de destaque. Durante a época colonial esta diferença deveu-se a fatores económicos e raciais. Em São Tomé e Príncipe, dominado por uma economia de plantação e com uma população maioritariamente negra, o desenvolvimento do ensino não era uma prioridade do regime colonial. Em contrapartida, Cabo Verde não tinha recursos naturais, mas uma população maioritariamente mestiça, considerada também culturalmente mais próxima da portuguesa. Consequentemente, foi aí que houve comparativamente um maior investimento no ensino. Contudo, em Cabo Verde, foi sobretudo a população mestiça de Barlavento que beneficiou do desenvolvimento do ensino

secundário, pois, como acima referido, a primeira escola secundária em Santiago, onde a maioria da população era negra, apareceu muito mais tarde. Seja como for, um exemplo do comparativamente maior desenvolvimento do ensino em Cabo Verde foram os muitos quadros cabo-verdianos que trabalharam na administração colonial das outras colônias portuguesas, sobretudo na Guiné. Na altura da independência existiam dois estabelecimentos de ensino secundário em Cabo Verde e um em São Tomé.

Formação secundária e superior após a independência

Depois da independência dos dois arquipélagos, em 1975, a discrepância relativamente ao desenvolvimento do ensino acentuou-se, visto que Cabo Verde investiu mais no desenvolvimento dos recursos humanos, onde já tinha vantagens significativas. Consequentemente, durante 36 anos, São Tomé não conseguiu estabelecer uma outra instituição que possibilitasse a obtenção do 11º ano e nem sequer criou o 12º ano pré-universitário no único estabelecimento de ensino secundário, o Liceu Nacional. Contudo, em 2010 foi introduzido pela Cooperação Portuguesa neste liceu o 12º ano profissionalizante. Naquela altura, o Liceu Nacional, construído nos anos de 1960 para 600 alunos, estava superlotado com 5.200, do 7º ao 11º ano. Além disso, existiam em São Tomé doze escolas de ensino secundário básico, sendo sete até ao 8º ano e cinco até ao 9º ano. Desde 1989, existe em São Tomé uma escola secundária privada, ligada à Igreja Católica, o Instituto Diocesano de Formação João Paulo II, que segue o currículo escolar português e, desde 1993, integra o 12º ano pré-universitário. Em 2010, este estabelecimento tinha 331 alunos, dos quais 78 frequentavam o 12º ano pré-universitário. Destes, 40 vieram do Liceu Nacional para completar o ensino secundário. Finalmente, em agosto de 2011, um segundo liceu com uma capacidade para 720 alunos, financiado por Taiwan, foi inaugurado na Trindade, no distrito de Mé-Zóchi.

Por outro lado, atualmente existem em Cabo Verde 38 escolas secundárias em todas as ilhas que ensinam até ao 12º ano (nível escolar que foi sendo gradualmente introduzido ao longo dos anos de 1990). As estatísticas confirmam as discrepâncias relativamente ao ensino secundário entre os dois arquipélagos. Em 2001, apenas 3,6% da população são-tomense possuía a instrução secundária, da qual 4,1% do sexo masculino e 3,2% do sexo feminino (Instituto Nacional de Estatística de São Tomé e Príncipe [INE-STP], 2003, p. 42). Em comparação, em 2000, já 17,7% dos cabo-verdianos eram, à data, qualificados com a instrução secundária. Em dez anos, este número duplicou, situando-se em 36,4% da população cabo-verdiana em 2010 (Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde [INE-CV], n.d., p. 20).

Universidade Jean Piaget de Cabo Verde (Uni-Piaget)	Privada	Praia / Mindelo	2001/2002
Instituto de Estudos Superiores Isidoro Graça (IESIG)	Privada	Mindelo	2002/2003
Universidade de Cabo Verde (Uni-CV)	Pública	Praia / Mindelo	2006/2007
Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais (ISCJS)	Privada	Praia	2006/2007
Universidade Lusófona de Cabo Verde (ULCV)	Privada	Mindelo	2007/2008
Mindelo – Escola Internacional de ARTE (M-EIA)	Privada	Mindelo	2007/2008
Universidade Intercontinental de Cabo Verde (UNICA)	Privada	Praia	2008/2009
Universidade de Santiago	Privada	Assomada	2008/2009
Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais (ISCEE)	Privada	Mindelo /Praia	2008/2009

Quadro 1

Instituições de ensino superior em Cabo Verde

Fonte: Direção-Geral do Ensino Superior e Ciência (DGESC), Praia (2010).

A discrepância no desenvolvimento educacional existe também em relação ao número das instituições de ensino superior destes dois países que são relativamente recentes, visto que começaram a aparecer uns anos depois da democratização nos dois arquipélagos, processo que se iniciou em 1990. Em São Tomé e Príncipe, existem atualmente três instituições de ensino superior, o Instituto Universitário de Contabilidade, Administração e Informática (IUCAI, privado, inaugurado em 1992), o Instituto Superior Politécnico (ISP, público, 1997) e a Universidade Lusíada de São Tomé e Príncipe (privada, 2006). Os currículos destas instituições integram um ano preparatório equivalente ao 12^o ano liceal. O IUCAI, que funciona em regime pós-laboral, tem licenciaturas em Informática e Gestão de Empresas, Contabilidade, Fiscalidade e Auditoria, e Gestão e Organização de Empresas. Em 2010 o IUCAI graduou 109 estudantes nestas áreas. O ISP, cujo currículo integra o ano zero, aumentou o número dos estudantes inscritos de 117 no ano letivo de 2000/2001 para 914 em 2011/2012 frequentando cursos de bacharelato e licenciatura em Educação, Economia, Administração e Turismo. Esta instituição dedica-se sobretudo à formação de professores. Na pequena Universidade Lusíada, que administra apenas cursos em Direito e Ciências Económicas e Empresariais, os alunos têm de completar um ano propedêutico antes de iniciar os próprios estudos. Em 2011, os primeiros graduados deixaram esta modesta instituição, com menos de 200 estudantes.

Em Cabo Verde, a Universidade Jean Piaget de Cabo Verde (Uni-Piaget), um polo desta instituição privada portuguesa, foi a primeira

instituição de ensino superior a iniciar as suas atividades, em 2001. Atualmente existem neste país nove instituições de ensino superior, das quais uma pública, a Universidade de Cabo Verde (2006). Em 2010, as nove instituições proporcionaram uma oferta total de 62 cursos de disciplinas diferentes, o que resultou numa diminuição da procura de formação ao nível de graduação no estrangeiro. O número de estudantes destes estabelecimentos nacionais de ensino superior aumentou consideravelmente, de 717 em 2000/2001, para 8.465 em 2008/2009. No mesmo período o número de estudantes cabo-verdianos no estrangeiro diminuiu de 1.097 para 626 (Direção-Geral do Ensino Superior e Ciência [DGESC], 2010). O número de vagas disponibilizadas através do Ministério da Educação em Cabo Verde para formação no estrangeiro baixou de 1.437 em 2001/2001 para 626 em 2009/2010. Por outro lado, o crescimento rápido das instituições e do número de alunos em Cabo Verde resultou inevitavelmente num debate sobre a qualidade do ensino superior no país. Dez anos depois do início da sua institucionalização, o desemprego dos licenciados é outro problema resultante da massificação do ensino superior naquele país¹.

Depois da independência em 1975, Portugal tornou-se apenas um entre vários países que ofereciam bolsas de estudo e vagas nas suas universidades para estudantes de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Contudo, os dados disponíveis mostram que Portugal sempre tem sido um destino importante para os estudantes dos dois arquipélagos crioulos. Durante o regime monopartidário de orientação socialista, que ocupa nos dois países o poder até 1990, a maior parte das bolsas é disponibilizada por países do antigo Bloco de Leste e Cuba. A formação superior proporcionada pelos antigos países socialistas facilitou a muitos cabo-verdianos e são-tomenses, de origens modestas, a integração nas elites político-administrativas dos seus países. Porém, em geral, as duas sociedades valorizaram mais os diplomas obtidos em países ocidentais. Depois da queda do Muro de Berlim e da transição democrática em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, em 1990, o papel dos ex-países socialistas na formação de quadros superiores diminuiu drasticamente, devido à queda na oferta das bolsas. Uma exceção é Cuba que, desde 2005, volta a receber números consideráveis de estudantes são-tomenses. Em agosto de 2009, 188 destes estudantes regressaram a São Tomé, porém a maioria não encontrou emprego. Na altura, o ministro da Educação chamou a atenção para o facto de o Estado não ser o único empregador do país, lembrando que o setor privado também devia absorver os recém-licenciados regressados ao arquipélago². Contudo, revoltados com a sua situação de desemprego, em novembro desse ano os estudantes realizaram uma manifestação exigindo que o Governo lhes arranjasse emprego.

1 *A Nação*, n.º 232, 9 de fevereiro de 2012.

2 *Téla Nón*, 24 de setembro de 2009.

Desde a independência até 2009, Cabo Verde deferiu 11.193 pedidos de equivalência de diplomas universitários obtidos no estrangeiro. De 1988/1989 a 2009/2010, o governo de Cabo Verde atribuiu um total de 8.862 bolsas para estudantes no exterior. Desde o ano letivo de 1995/1996 em que o Governo iniciou a concessão de bolsas internas e até 2009/2010, houve 6.019 alunos beneficiários inscritos em instituições nacionais (Direção-Geral do Ensino Superior e Ciência [DGESC], 2010, p. 8). Em 2011, frequentavam o ensino superior cerca de 16.500 cabo-verdianos, dos quais 10.479 estiveram inscritos nos nove estabelecimentos de ensino superior no arquipélago. Os outros cerca de 6.000 alunos estudaram em instituições de ensino superior no estrangeiro, sobretudo no Brasil e em Portugal³.

País	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Cabo Verde	670	372	351	354	433	2.180
STP	78	88	142	68	89	465

Quadro 2

Número de bolseiros beneficiários do regime especial de acesso, por origem
Fonte: DGES (2011).

No quadro dos Acordos de Cooperação no Domínio do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, assinados com Portugal, estudantes bolseiros nacionais dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e de Timor-Leste podem ingressar nas universidades portuguesas através de um regime especial, ou seja sem provas de acesso⁴. No período de 2006 a 2010, beneficiaram do regime especial 2.180 bolseiros cabo-verdianos e 465 são-tomenses. Os estudantes dos dois países neste regime eram maioritariamente do sexo feminino. Todos os beneficiários cabo-verdianos obtiveram a habilitação final de acesso no próprio país, enquanto dos são-tomenses apenas 39 (8,4%) dos colocados obtiveram essa habilitação no seu país e 426 (91,6%) vinham do ensino secundário português, recorrente ou profissional. Dos 2.178 cabo-verdianos, 2.172 eram bolseiros do seu governo, quatro do IPAD e dois da Fundação Gulbenkian. No caso dos são-tomenses, 418 receberam uma bolsa do seu governo, 35 do IPAD e 12 da Gulbenkian (Direção-Geral do Ensino Superior [DGES], 2011, p. 10). Cabo Verde e São Tomé e Príncipe representaram 66,7% e 14,2% do total de 3.273 beneficiários do regime especial dos PALOP e Timor-Leste, no referido período⁵. Consequentemente, dos seis países contemplados, os dois arquipélagos são de longe os com os

3 Embaixada de Cabo Verde em Lisboa. Ensino em Cabo Verde vai ter provas de acesso, 12 de setembro de 2011. In http://www.embcv.pt/lista_conteudos_sub.asp?idcont=1357&idarea=4&idsub=786

4 Ver os textos destes acordos no site do Instituto Politécnico de Viseu (IPV) em <http://www.ipv.pt/ri/PALOP3.htm>

5 Do total de 3.273 bolseiros colocados no regime especial, 1.841 (56,2%) frequentaram e 209 (6,4%) concluíram o curso. Os restantes interromperam os seus estudos ou não se matricularam.

Quadro 3

Número de estudantes inscritos nas universidades portuguesas, por origem
Fonte: GPEARI (2009).

maiores benefícios deste regime.

País	1997/ 1998	1998/ 1999	1999/ 2000	2000/ 2001	2001/ 2002	2002/ 2003	2003/ 2004	2004/ 2005	2005/ 2006	2006/ 2007	2007/ 2008
Cabo Verde	1.077	1.331	1.587	2.075	2.497	3.011	3.516	3.835	4.086	4.342	3.844
STP	277	300	333	392	441	496	540	581	556	644	644

Quadro 4

Número de diplomados nas universidades portuguesas, por origem
Fonte: GPEARI (2009).

País	1997/ 1998	1998/ 1999	1999/ 2000	2000/ 2001	2001/ 2002	2002/ 2003	2003/ 2004	2004/ 2005	2005/ 2006	2006/ 2007
Cabo Verde	92	99	93	142	205	263	409	415	435	502
STP	21	18	28	29	37	59	68	62	71	80

De 1997 a 2008 estiveram inscritos em universidades portuguesas anualmente entre 1.077 (1997-1998) e 4.342 (2006-2007) alunos cabo-verdianos e entre 277 (1997-1998) e 644 (2007-2008) são-tomenses. Entre o ano letivo de 1997/1998 e o de 2006/2007 o número dos cabo-verdianos que se diplomaram nas universidades portuguesas mais do que quintuplicou de 92 para 502, enquanto o número dos diplomados são-tomenses quase quadruplicou de 21 para 80. Os dados disponíveis mostram que também em proporção à população total dos dois países, as universidades portuguesas acolheram e concederam diplomas a mais estudantes cabo-verdianos do que são-tomenses. Curiosamente, em relação aos estudantes inscritos, os números para Cabo Verde ultrapassam consideravelmente os da estatística cabo-verdiana para vagas no exterior (1.046 em 2006-2007). Provavelmente as estatísticas portuguesas também contabilizam estudantes cabo-verdianos que vão para Portugal por iniciativa e conta própria e cabo-verdianos residentes em Portugal.

Nos últimos anos, no âmbito do aprofundamento das relações com África em geral, e com os cinco PALOP em particular, o Brasil tem aumentado consideravelmente a oferta de vagas nas universidades para estudantes africanos. Estes estudantes estão isentos de propinas, mas não beneficiam de bolsas do governo brasileiro. São estudantes que dependem do apoio financeiro dos seus governos e das suas famílias. De 2001 a 2010, o Brasil disponibilizou um total de 4.976 vagas para licenciaturas no âmbito do Programa Estudantes – Convênio de Graduação (PEC-G) para estudantes africanos (de um total de 20 países contemplados), sendo 2.474 (49,7%) para Cabo Verde e para São Tomé e Príncipe 291 (5,8%), das quais 147 (50,5%) só no ano de 2005 (<http://www.dce.mre.gov.br/pec/g/historico.html>). Nesse ano houve um êxodo de estudantes são-tomenses para o exterior, pois não saíram apenas os 147 para o Brasil, mas mais cerca de 120 para Cuba. Em novembro de 2006, 174 alunos são-tomenses estiveram inscritos em universidades brasileiras em

vinte Estados federais. Em maio de 2011, o Brasil inaugurou a UNILAB – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – na pequena cidade de Redenção, Ceará, cujo objetivo é receber 50 por cento dos alunos do próprio país e os outros 50 por cento dos PALOP e Timor-Leste. Em 2012 a UNILAB disponibilizou 370 vagas para estudantes oriundos desses seis países.

Segundo informações do ministro da Educação em São Tomé, entre 2009 e meados de 2011, 287 estudantes, tendo regressado ao arquipélago, foram depositando voluntariamente uma cópia do seu diploma neste ministério. Ao contrário de Cabo Verde, em São Tomé não existe a obrigação do pedido de equivalência dos diplomas estrangeiros, de modo a entrar no mercado de trabalho nacional. De longe, o maior número destes regressados são-tomenses estudou em Cuba (179), seguido por Brasil (42), Portugal (40), Marrocos (9), Angola (5), Moçambique (3), França (3), Argélia (2), Reino Unido (2), Espanha (1) e Itália (1). Em abril de 2012, São Tomé e Príncipe teve estudantes em Angola (35), Argélia (4), Brasil (98), Cabo Verde (6), Cuba (85), Marrocos (106), Moçambique (11), Portugal (300), Rússia (12) e Venezuela (10). Dos estudantes em Portugal, cerca de 40 têm bolsas da Fundação Gulbenkian ou do IPAD. Dos outros países de acolhimento, apenas a Venezuela paga bolsas, enquanto Marrocos e a Rússia oferecem mensalmente um subsídio de cerca de €75 aos estudantes são-tomenses. No caso destes dois países São Tomé envia aos seus estudantes mensalmente €100 e €250 respetivamente. Todos os outros países oferecem apenas as vagas nas universidades e isenção de pagamento das propinas, cabendo ao Estado são-tomense as despesas com viagens de ida e regresso e o sustento dos estudantes (alojamento, alimentação, etc.) mediante o envio de ajudas de custo pagas oficialmente com periodicidade trimestral. Em 2010 o ensino superior absorveu 46,8 por cento das despesas correntes para educação, das quais 37,4 por cento foram destinadas a bolsas de estudo dos estudantes no exterior e 9,4 por cento ao ensino superior no arquipélago. As despesas públicas para a educação aumentaram de 17,3 por cento das despesas correntes do orçamento do Estado em 2002 para 37,9 por cento em 2010⁶.

Os valores das ajudas de custo variam de país para país: Moçambique (US\$350); Cuba (mestrado) e Brasil (US\$300); Cabo Verde e Portugal (€250), Angola e Argélia (US\$250) e Cuba (licenciatura, US\$120). Em 2010, as despesas do governo são-tomense com as ajudas de custo para os estudantes ultrapassaram US\$3 milhões. Este valor também incluía cerca de 240 bolsas internas para estudantes que frequentavam os três estabelecimentos de ensino superior em São Tomé⁷. Contudo, há anos que há atrasos de seis meses ou mais no pagamento pelo governo são-

6 Ministério da Educação, Cultura e Formação. Facebook, 25 de maio de 2012.

7 Informações recebidas de Edmilza Afonso, diretora do Ensino Superior do Ministério de Educação em São Tomé, em maio de 2012.

-tomense das ajudas de custo. Repetidas vezes, estudantes são-tomenses no Brasil, Cuba e Rússia foram forçados a escrever cartas abertas ao seu governo protestando contra o incumprimento no pagamento das bolsas. Em 2009, chegou-se mesmo ao ponto de a pedido do governo são-tomense, o antigo líder da Líbia, Al-Kadhafi, disponibilizar US\$250.000 para pagar bolsas de estudo a centenas de estudantes são-tomenses em Cuba e noutros países. Como o governo são-tomense não tem conseguido suportar o pagamento das bolsas, pediu o apoio de Portugal e do Brasil para a criação da primeira universidade pública no arquipélago.

Não existem dados muito recentes relativamente à proporção da população são-tomense com instrução superior, contudo, tendo em conta o número crescente de estudantes que frequentaram o ensino universitário, deve ter aumentado na última década. Porém, em 2001, apenas 1 por cento da população de São Tomé e Príncipe tinha uma formação superior, sendo 1,5 por cento do sexo masculino e 0,6 por cento do sexo feminino. A distribuição da população com formação superior era muito desigual, visto que estava concentrada principalmente no distrito de Água Grande, que integra a capital, onde atingia 2,1 por cento da população. Nos outros cinco distritos de São Tomé e no Príncipe a distribuição era insignificante ou quase nula (INE-STP, 2003, pp. 43-44). Em Cabo Verde, em 2000, 2,4 por cento da população tinha uma formação superior, dos quais 2,8 por cento homens e 1,9 por cento mulheres. A distribuição desta população era muito desigual por ilhas, com 3,3 por cento em São Vicente, 3,1 por cento no Sal, 2,9 por cento em Santiago, 0,9 por cento no Fogo e em Santo Antão e 0,8 por cento em Maio (Tolentino, 2007, p. 231). Em 2010, Cabo Verde tem 28.095 pessoas com formação média superior completa ou não, o que representa 7,0 por cento, das quais 13.803 (6,8 por cento) são do sexo masculino e 14.292 (7,4 por cento) do sexo feminino (INE-CV, n.d.).

Formação superior em Portugal

Os seguintes dados baseiam-se em entrevistas conduzidas em Cabo Verde, São Tomé e Portugal, com dois grupos de informantes. O primeiro grupo era constituído por 15 ex-estudantes em Portugal de São Tomé e 30 de Cabo Verde que regressaram aos seus países. As entrevistas em São Tomé foram realizadas em julho e agosto de 2010. Das entrevistas realizadas em Cabo Verde, 20 foram feitas em Mindelo (São Vicente) e cinco em Porto Novo (Santo Antão), em maio e junho de 2010. Mais cinco entrevistas foram conduzidas na Praia (Santiago), em fevereiro de 2011. O segundo grupo refere-se a estudantes que, na altura das entrevistas, estavam a estudar em Portugal, 30 cabo-verdianos e onze são-tomenses entrevistados em Lisboa e Évora, em 2011 e 2012.

Os antigos estudantes entrevistados em São Tomé, sendo dez mulheres, têm idades compreendidas entre os 25 e os 48 anos. Os ex-estudantes

entrevistados em Cabo Verde, entre os quais 22 mulheres, têm entre 25 e 45 anos de idade. A idade média dos ex-estudantes é assim de cerca de 33 anos, tanto em Cabo Verde como em São Tomé. Os cabo-verdianos obtiveram os graus académicos entre 1991 e 2007, dos quais 26 a licenciatura e quatro o mestrado. Os são-tomenses concluíram os seus diplomas universitários no período de 1998 a 2007, dos quais 13 a licenciatura e dois o mestrado. Apesar das diferenças consideráveis em termos de idade, não se pode falar em gerações diferentes de diplomados, visto que todos concluíram os seus estudos depois da democratização dos seus países. Em São Tomé a maioria dos entrevistados trabalhava em instituições do Estado, dois em ONG e dois exerciam profissões livres. Em Cabo Verde a maior parte dos entrevistados trabalhava no ensino superior e secundário, sete em bancos comerciais e seis na administração pública.

Quanto aos estudantes cabo-verdianos em Portugal, 22 do sexo masculino e oito do sexo feminino têm idades compreendidas entre 19 e 50 anos, com uma média de 27,4 anos⁸. Os estudantes de São Tomé e Príncipe, dos quais seis homens e cinco mulheres, têm entre 21 e 60 anos de idade.

Regra geral, os cabo-verdianos e são-tomenses passaram a sua infância em famílias nucleares, com pai, mãe e irmãos, sendo esta a organização familiar dominante nestas sociedades crioulas, onde existem também percentagens consideráveis de famílias monoparentais chefiadas por mulheres. O número de filhos nas famílias de origem dos entrevistados varia muito, entre dois e onze em São Tomé, e entre dois e catorze em Cabo Verde. Muitos têm meios-irmãos, filhos que o pai teve com outras mulheres, resultado da poligamia praticada tradicionalmente pelos homens nas duas sociedades. Histórias de emigração encontraram-se em várias famílias cabo-verdianas, onde frequentemente sobretudo o pai trabalha durante muito tempo no estrangeiro. A maioria dos informantes dos dois países vem de famílias católicas. Em Cabo Verde alguns pais eram praticantes do Racionalismo Cristão, uma religião espiritualista introduzida do Brasil no início de 1911, um ano depois da sua fundação pelo português Luíz de Mattos naquele país.

A língua materna de todos os entrevistados em São Tomé é o português, enquanto em Cabo Verde a língua materna dos entrevistados é o crioulo, com uma única exceção, em que a família falava português. Esta diferença confirma dados conhecidos, que em Cabo Verde o crioulo é a língua dominante na vida privada, enquanto a classe média citadina em São Tomé despreza o forro, o crioulo local, utilizando o português em casa, que conseqüentemente é também a língua materna. Em São Tomé, onde não houve uma afirmação das línguas nacionais, falar o português não é apenas um marcador da classe média citadina, pois estatisticamente o português é também a língua mais falada, utilizada

8 As 30 entrevistas com os estudantes cabo-verdianos em Portugal foram feitas por Aurora Almada e Santos, doutoranda da Universidade Nova de Lisboa, a quem agradeço a sua valiosa colaboração neste projeto.

por 98,9 por cento da população, enquanto o forro é apenas utilizado por 72,4 por cento da população (INE-STP, 2003, p. 49).

Ainda que o português não seja a língua materna da maioria dos cabo-verdianos, é a língua de instrução escolar desde o primeiro ano. Na maioria dos casos, o nível de escolaridade dos pais dos ex-estudantes cabo-verdianos é mais baixo do que o dos seus filhos, pois em apenas cinco famílias o pai e/ou a mãe possuíam instrução superior. Por outro lado, em três casos a mãe é analfabeta. Um exemplo é QS1CV, homem, 30 anos, bancário que se licenciou em Economia, em Lisboa. Os seus pais eram agricultores, rendeiros que também tinham algumas propriedades, e oito filhos. O seu pai tinha apenas a 3ª classe, a mãe não sabia ler nem escrever. Desde os catorze anos que fez a sua escolaridade de modo autónomo, porque os pais não tinham escolaridade. O que lhes interessava era que passasse de ano e fosse o mais longe possível. Não tinham uma ideia concreta sobre aquilo que o filho deveria estudar, pois cabia a ele decidir. Dos oito filhos, ele foi aquele que estudou mais. Tem irmãos que concluíram a 12ª, 9ª e 6ª classe, enquanto os restantes têm apenas o 4º ano. Na sua opinião, os seus irmãos não estudaram mais porque não quiseram. Por outro lado QS1CV também confessou que, como era o último filho, as condições eram melhores quando comparadas com as dos irmãos mais velhos. De facto, as condições nesta família foram difíceis. O próprio beneficiou de apoio em material escolar de uma organização dinamarquesa. Além disso, havia familiares que deram apoios pontuais aos seus pais. Em casa tinha de ajudar os pais quando voltava a casa por volta das duas horas; dava comida aos animais e carregava água. Como não havia eletricidade, à noite não podia estudar. Por isso, nem sempre podia fazer os trabalhos de casa. Contudo, o seu forte na escola era a participação nas aulas.

Em São Tomé cerca de um terço dos estudantes entrevistados têm pai ou mãe com diploma universitário. Todos frequentaram as escolas da capital: depois dos quatro anos da escola primária, os dois anos da escola preparatória e após terem estado do 7º ao 11º ano no Liceu Nacional, na altura o único estabelecimento do país onde foi ministrado o ensino do 10º e 11 ano. Com a exceção de dois respondentes que completaram o ensino secundário no IDF, os outros fizeram o 12º ano em Portugal. A maioria dos ex-estudantes cabo-verdianos podia concluir o ensino secundário no próprio país, visto que em 1994 tinha sido introduzido em Mindelo e Praia o Ano Zero, o atual 12º ano do terceiro ciclo secundário. Geralmente, a escolha tinha muita importância para os pais que queriam que os filhos fizessem um curso superior. Vários respondentes contaram que os pais sempre lhes disseram que os estudos eram a única herança ou a melhor herança que podiam dar aos seus filhos. Para a maioria dos pais, o ensino primário e secundário não significava um sacrifício financeiro, visto que as escolas eram públicas, onde se pagava apenas uma propina simbólica. Em Cabo Verde às vezes

a frequência do ensino secundário estava relacionada com a migração interna inter-ilhas quando, por exemplo, famílias de Santo Antão ou de São Nicolau se fixavam em São Vicente para facilitar o acesso dos seus filhos ao ensino secundário em Mindelo. QS2CV, homem, 43 anos, seis irmãos, que se licenciou em sociologia, nos anos de 1990, em Lisboa, lembra-se da mudança da família para São Vicente:

Vivi em Santo Antão e depois, com onze anos, toda a família passou a viver em São Vicente. Em Santo Antão, até ao início da década de 1980 não havia liceus. Fazia-se a 4^a classe e depois ia-se para São Vicente estudar. Inicialmente os irmãos mais velhos foram para São Vicente estudar, onde alugaram uma casa, mas depois tornou-se mais fácil a família toda mudar-se. Mas o pai passava parte do tempo em Santo Antão para tratar das terras. Fiz a primária em Santo Antão. Fiz o ciclo preparatório até ao 11^o ano em São Vicente. Fiz o 5^o e o 6^o ano e depois ingressei na Escola Comercial e Industrial de Mindelo, até ao 9^o ano. Fiz o 10^o e 11^o ano no liceu. O 12^o ano tinha de fazer em Cascais, Portugal, porque na altura não existia ainda em Cabo Verde. Antes de ir a Portugal trabalhei dois anos em Cabo Verde.

Em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe o Ministério da Educação realizou um concurso para vagas na universidade e para a atribuição de bolsas. Alguns dos estudantes são-tomenses queixaram-se que o concurso tinha sido pouco transparente, pois filhos de ministros, diretores e de outras pessoas influentes teriam sido privilegiados na distribuição das vagas e bolsas proporcionadas pelos países doadores. Uma pesquisa recente sobre o processo de distribuição de bolsas em São Tomé, realizada por Pedro Vicente, corrobora estas alegações. Este investigador chegou à conclusão que relações de parentesco com políticos aumentavam a probabilidade de ganhar uma bolsa (Vicente, 2007, p. 14). Foram vários os motivos que levaram os cabo-verdianos e são-tomenses a frequentar cursos do ensino superior em Portugal. Muitas vezes foi o próprio concurso que os orientou para Portugal, como um dos cabo-verdianos respondeu, pois não havia grande escolha. Vários estudantes cabo-verdianos escolheram Portugal em vez do Brasil, porque os seus pais, ou os próprios, consideravam que em termos de qualidade do ensino e da reputação institucional as universidades portuguesas tinham vantagens. Além disso, o ano letivo em Portugal corresponde ao de Cabo Verde, enquanto no Brasil o ano letivo começa mais tarde.

O recurso a redes familiares também desempenhou um papel relevante na preferência por Portugal, sobretudo no caso dos cabo-verdianos, que no início dos seus estudos ou durante o curso foram acolhidos por familiares imigrantes residentes em Portugal. Também o facto de os irmãos terem estudado em Portugal ou ainda se encontrarem numa universidade portuguesa teve influência na opção por Portugal. Um es-

tudante de Santo Antão que estudou Economia em Lisboa afirmou que escolheu Portugal no concurso para a vaga e para a bolsa de estudos, porque era adepto do Sporting de Lisboa e tinha o grande sonho de conhecer o estádio de Alvalade. QS3CV, mulher, 29 anos, licenciada em Antropologia, explicou a sua escolha assim:

Vim a Portugal em 2000. Acabei o ensino secundário e consegui uma bolsa do Ministério da Educação de Cabo Verde. Escolhi somente Portugal e somente a Universidade Nova de Lisboa (UNL). Nem sequer cheguei a me candidatar para o Brasil. Escolhi a UN, porque consultei o site da universidade: escolhi-a porque era em Lisboa e tem uma boa reputação em Cabo Verde. Pedi informações ao meu namorado que já vivia em Portugal há dois anos e que me informou sobre a universidade. Cheguei a Portugal em novembro. Cheguei tarde, porque o processo de candidatura demorou de agosto a novembro. Havia dois processos: um de candidatura à vaga na universidade e outra de candidatura à bolsa. Depois tive de fazer o pedido de visto, o que era um processo demorado. Escolhi Portugal, porque estava melhor cotado. Tinha-se a ideia que quem fazia um curso em Portugal ficava melhor preparado do que no Brasil. Também queria vir para Portugal, porque o namorado cá estava e devido às afinidades históricas. Portugal está mais próximo do que o Brasil.

A maior parte dos ex-estudantes cabo-verdianos em Portugal beneficiaram da concessão de bolsas, 13 de bolsas proporcionadas pelo IPAD e outras instituições portuguesas e dez do Estado cabo-verdiano. Cinco receberam apoio das suas famílias, uma estudante financiou o seu curso com as suas poupanças e um empréstimo, e outro foi mesmo forçado a trabalhar na construção civil para financiar os seus estudos. Dois terços dos antigos estudantes em São Tomé receberam uma bolsa, dos quais sete do IPAD, um do Millenium BCP, um da Fundação Cidade de Lisboa e um do Estado são-tomense. Os estudos de quatro estudantes foram pagos pelos pais e um trabalhou na construção civil para financiar o seu curso universitário. Dos 30 estudantes cabo-verdianos em Portugal apenas 12 têm bolsa, dos quais sete do IPAD e cinco receberam uma bolsa do governo de Cabo Verde, no valor unitário de apenas €271. Todos os outros financiaram os seus estudos como trabalhadores estudantes, sobretudo com empregos em supermercados, na restauração, em *call centres* ou outros serviços cujos horários de trabalho se harmonizavam com o horário das aulas na universidade. Uns poucos ainda receberam algum apoio financeiro dos pais ou de outros familiares.

Dos onze estudantes são-tomenses, cinco tiveram uma bolsa do IPAD, três receberam ajudas de custo do seu governo e os outros três dependiam dos seus pais e de empregos em regime de *part-time*. Um destes estudantes trabalhou em regime de *part-time* à noite num supermercado, onde ganhava €300 por mês. Depois perdeu este emprego e recebeu

um subsídio de desemprego de €190, o que tornou a sua situação ainda mais precária. É por isso forçado a procurar trabalhos ocasionais para ganhar mais algum dinheiro como limpar jardins ou pintar casas, contudo, com grandes dificuldades. Apesar das dificuldades, sobretudo entre os estudantes de Cabo Verde, o número daqueles que financiam os seus estudos como trabalhadores estudantes é elevado. Possivelmente este fenómeno tem a ver com o facto de o Estado cabo-verdiano deixar de conceder bolsas para cursos que estão também disponíveis em instituições nacionais. Um dos estudantes trabalhadores é E1CV, 25 anos, aluno da Faculdade de Letras de Lisboa:

Não me candidatei a nenhuma bolsa. Vim para Portugal por conta própria. Inicialmente tinha o apoio da minha família, depois passei a trabalhar cá. Faço trabalhos temporários que me permitem frequentar as aulas. Fiz trabalhos de carga e descarga, inventários em grandes superfícies e na construção civil. Não tenho muitos gastos pessoais. No início fui viver na casa da mulher de um tio materno, onde não tinha despesas. Trabalhava apenas para pagar as propinas e o transporte. Tentei candidatar-me a bolsas em Portugal nos Serviços de Ação Social da Universidade de Lisboa, na Gulbenkian e no IPAD. Mas não consegui e nem tive nenhuma redução de propinas. Agora tenho uma dívida de propinas com a faculdade. Por isso, estou a trabalhar na biblioteca da universidade para tentar renegociar esta dívida.

Com muita frequência os estudantes de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe chegam com atraso considerável a Portugal, devido à duração do concurso das bolsas e às demoras na emissão do visto pelas embaixadas portuguesas. Alguns estudantes só iniciam o curso em dezembro ou janeiro, o que às vezes cria problemas com certas matérias curriculares, logo no início do curso. Todos os estudantes disseram que quando chegaram pela primeira vez à sua universidade não houve nenhuma receção ou introdução destinada a novos estudantes organizada pela instituição. Quem ajudou os novos alunos na integração à sua chegada à universidade foram os irmãos que já lá estavam, outros estudantes do próprio país ou colegas da residência estudantil onde moravam. Alguns dos entrevistados já conheciam Portugal, porque tinham estado aí em viagem com os pais ou em visita a familiares lá residentes ou, no caso de estudantes de mestrado ou de doutoramento, porque era o segundo ou terceiro curso que frequentavam numa instituição portuguesa. Alguns dos entrevistados referiram-se ao frio do inverno e a diferenças culturais a que se tinham de adaptar, por vezes com algumas dificuldades, no início da sua vida estudantil em Portugal. Excecionalmente foi difícil a integração para E2ST, mulher, 33 anos, quando iniciou o curso em Recursos Humanos no Instituto Politécnico de Tomar, e recorda:

Para mim a adaptação nos primeiros tempos em Portugal foi muito difícil. Inicialmente era mesmo um choque de cultura. Chorava quase todos os dias, pois sentia muita solidão. Sou uma pessoa bastante introvertida, daí senti muito o individualismo que domina as relações entre as pessoas aqui. Sofri durante muito tempo de solidão e somente ultrapassei esta situação difícil depois de cerca de três anos, quando apareceu uma amiga são-tomense e fui viver com ela em casa dos pais dela.

Às vezes, a imagem que os estudantes tinham de Portugal através dos meios de comunicação social no país de origem não correspondia às realidades que encontravam à chegada a este país. E3CV, mulher, 23 anos, estudante de Ciências de Comunicação, lembrou-se que:

Quando estava em Cabo Verde pensava que Portugal era só luxo, tudo era bonito, uma maravilha e tudo fácil. Nunca tinha saído de Santo Antão. Via na televisão e pensava que a vida em Portugal era fácil. Contudo, quando cheguei cá fiquei dececionada e só queria voltar a Cabo Verde.

E4CV, homem, 33 anos, estudante de Gestão, teve uma experiência semelhante quando chegou a Portugal:

Vim um pouco enganado para Portugal. Quando cheguei aqui fiquei um pouco surpreendido. Naquela altura estava enganado, porque muitos emigrantes que iam para Cabo Verde de férias não diziam como viviam e onde trabalhavam. Isso gera uma ideia deturpada. Quando cheguei cá vi muita gente da minha ilha a viver em condições que no Fogo não existem: viviam em barracas. Isso marcou-me. Fiquei um pouco triste e então comecei a valorizar certas coisas: às vezes os que estão em Cabo Verde pedem algo a um familiar em Portugal e se este não enviar ficam chateados. Acho que em Cabo Verde as pessoas vivem bem.

QS4CV, sexo feminino, 29 anos, enfrentou outro tipo de problemas quando começou o curso em Gestão de Empresas, no Instituto Superior da Maia (ISMAI), uma instituição privada:

Cheguei a Portugal em novembro, mas efetivamente só comecei as aulas em janeiro, devido aos feriados e férias em dezembro. No norte de Portugal não havia muitas associações de estudantes para nos receber. No Porto havia poucas associações. De início não fui para a Maia. Durante um mês vivi na Póvoa do Varzim. Tinha de levantar-me às 4h00 da manhã para apanhar transporte. Foi a Associação Cultural Morna que nos ajudou a encontrar essa casa em Póvoa do Varzim. O ISMAI também não nos ajudou com a questão do alojamento. Como na Maia não havia residência estudantil, dividi um apartamento com colegas. No início dividi o quarto com mais duas colegas. Cada uma pagava €86 pelo quarto,

mais as despesas da luz e da água. Vivi dois anos assim e no terceiro ano comecei a procurar outro apartamento. Passei para o outro apartamento onde tinha um quarto só para mim, mas era uma casa mais fria e sem gás canalizado. Inicialmente também tinha problemas com a bolsa, que não chegava para pagar a propina. Juntamente com colegas tinha de fazer um esforço junto do consulado cabo-verdiano para me aumentarem a bolsa. A Associação Morna em Lisboa ajudou-me a pedir o aumento da bolsa. A bolsa só dava para pagar as propinas e a renda. Era uma bolsa do governo cabo-verdiano: inicialmente era cerca de €200 e com o reajustamento passou a ser de €362. Era uma bolsa reembolsável. O ISMAI não nos baixou a propina. Limitava-se a não cobrar juros de mora quando se atrasava o pagamento. Como o dinheiro não chegava os pais enviaram-me ajuda. Do valor da bolsa, €250 eram para a propina, o restante para pagar a casa. Comecei a trabalhar à noite num jornal, mas como não havia transportes à noite na Maia tinha de pagar um táxi para voltar a casa. Por isso só trabalhei durante um mês. Para além da bolsa e do alojamento não tive nenhum outro problema durante o curso.

Contudo, regra geral, os estudantes conseguiram integrar-se bem no novo ambiente das universidades portuguesas. Muitos dos estudantes participaram na vida associativa da sua instituição, na associação académica, em associações de estudantes africanos e, caso houvessem na sua universidade, também em associações de estudantes cabo-verdianos ou são-tomenses. Por exemplo, os alunos de São Tomé em Coimbra, onde sempre existiu uma comunidade considerável de estudantes deste país, participaram todos nas atividades culturais e recreativas da Associação de Estudantes de São Tomé e Príncipe nesta universidade. Em termos das relações sociais com outros estudantes, existe uma grande diversidade de situações referenciadas pelos entrevistados. Por um lado, há casos de cabo-verdianos e são-tomenses que tiveram quase exclusivamente amizades com compatriotas e estudantes africanos de outras nacionalidades, às vezes também com estudantes europeus do Programa Erasmus, mas praticamente não se relacionaram com os seus colegas portugueses. Também era frequente que os contatos existentes com colegas portugueses estivessem limitados ao espaço universitário, mas não se realizavam nos tempos livres e fora da universidade. Outros testemunharam que os contatos com os colegas da Madeira, dos Açores e do interior de Portugal tinham sido mais fáceis do que com os dos centros urbanos. Por outro lado, há também alguns exemplos de estudantes dos dois arquipélagos africanos que fizeram muitas amizades com portugueses ou tiveram namorado(a)s portugueses. A diversidade destas situações deve-se a escolhas individuais, mas também está relacionada com a presença de colegas da mesma nacionalidade ou de outros estudantes africanos no curso e na universidade. Enquanto a maioria dos cabo-verdianos privilegiou o contato com os

seus compatriotas, houve também exceções, como mostra o exemplo de QS3CV, como esta relatou:

No meu curso, no primeiro ano, era a única africana. Fui muito mimada pelos colegas. Tinha mais amigos portugueses e isso se deve à minha própria história. Como cheguei atrasada, houve colegas portugueses que se disponibilizaram para me ajudar e me convidaram para almoçar. Isso aconteceu naturalmente. Fui muito criticada por não almoçar na mesa dos cabo-verdianos. Acho que ficar fechada no seio do grupo dos cabo-verdianos seria limitador. Viajei dentro de Portugal com amigos portugueses e conheci pessoas de outros países europeus. Ao longo do curso fui travando amizades com outros africanos, nomeadamente moçambicanos. Mas a maioria dos amigos são portugueses.

QS4ST, mulher, 30 anos, licenciada em Enfermagem em Lisboa, relatou o seguinte:

Tive um namorado português que conheci logo no início quando fiz o 12º ano. Na altura ele era estudante de Medicina. Eu tinha 18 anos e ele 22. Durante o curso de quatro anos fui de férias com o meu então namorado a Espanha, França, Inglaterra e Tunísia. Viajamos para Braga, para o Porto e para o Algarve. Ultrapassando aquele tempo de integração tudo correu muito bem. Tenho só boas lembranças. O namorado apoiou-me também em termos financeiros, na compra de livros, nas saídas, quando fomos a restaurantes. O namoro terminou no terceiro ano. Durante o curso também tinha duas amigas, uma sul-africana e uma portuguesa. Com estas duas dei-me muito bem. Contudo, com o resto da turma não tinha nenhuma proximidade. Não ia a discotecas ou festas africanas. Depois do curso fiquei cinco anos em Portugal a trabalhar. No primeiro ano trabalhei no Hospital Curry Cabral e depois quatro anos num centro de saúde em Lisboa. Tinha um nível de vida satisfatório em Portugal. Regressei só por causa do meu atual marido são-tomense, que conheci lá no primeiro ano de trabalho. Ele estudou e trabalhou lá também, mas voltou a São Tomé com uma empresa portuguesa.

Por outro lado, alguns entrevistados queixaram-se da discriminação racial que sentiram em Portugal. QS5CV, mulher, 33 anos, educadora de infância, que tirou a licenciatura em Viana de Castelo, sentia problemas desta natureza:

Não tinha problemas com alojamento, com saúde nem com os estudos. Concluí o curso com sucesso e dentro do tempo regulamentar. Contudo, senti discriminação. Quando cheguei à universidade e me sentava numa cadeira ninguém se sentava numa cadeira ao meu lado, não me chamavam pelo meu nome, me apelavam de “preta”. Não dei atenção

a isso porque tenho orgulho em ser cabo-verdiana. Senti que fui muito prejudicada devido à discriminação. Senti isso no estágio, quando a coordenadora me disse que não iria facilitar-me a vida e que se dependesse dela eu não iria concluir a licenciatura. Apesar de já ter uma experiência de cinco anos em Cabo Verde, senti que o meu trabalho foi desvalorizado. Esta experiência negativa não me levou a afastar-me dos colegas portugueses e de Portugal em geral. De início, os colegas faziam trabalhos de grupo e tive de fazer trabalhos individuais, porque ninguém queria trabalhar comigo. Quando comecei a obter bons resultados, os colegas começaram a convidar-me para trabalharmos juntos. Acho que as situações que vivi na escola e no sítio onde fiz o estágio se tivessem sido vividos por um jovem de 19 anos, sem experiência de vida, dificilmente conseguiria concluir os estudos. No trabalho (como rececionista numa pensão) também tive situações difíceis. Quando fui para Portugal tinha como objetivo fazer a licenciatura. As situações difíceis serviram de estímulo para obter bons resultados.

Outros respondentes disseram que nunca tinham sido alvo de episódios de racismo. A grande maioria dos entrevistados não teve problemas de maior durante os seus estudos em Portugal. Alguns tiveram problemas iniciais de adaptação ao clima e ao novo ambiente e de solidão. Uns lembraram-se de problemas com o inglês, pois o domínio desta língua aprendida na escola em Cabo Verde ou em São Tomé não era suficiente para o nível do inglês necessário no curso. Outros lembraram-se de dificuldades que tiveram com outras matérias do curso no início dos estudos. Vários entrevistados acharam o nível académico em Portugal mais exigente do que no seu país de origem. Nenhum dos entrevistados relatou problemas de alojamento, contudo, alguns foram acolhidos por familiares residentes em Portugal ou partilharam casas com colegas. Vários estudantes queixaram-se de problemas financeiros e de uma vida de dificuldades económicas, o que não é surpreendente, visto que alguns bolsеiros recebem menos de €300 por mês, e de forma irregular, enquanto outros têm de trabalhar para financiar os seus estudos. Numa reportagem sobre bolsеiros do governo de Cabo Verde, o *Público* (17 de outubro de 2010) escreveu que:

Universitários sobrevivem com 271 euros por mês e comer na cantina é um luxo. Nuno dá voltas à cabeça para aguentar o mês inteiro com 271 euros da bolsa atribuída pelo Governo de Cabo Verde. “Nem dá para comer na cantina.” Paga 150 euros pelo quarto – uns 20 de água, luz, gás. “Se almoçasse e jantasse na cantina, cinco dias por semana, gastava 94. Ficava com 56. E os materiais escolares? E os produtos de higiene? E a roupa? E o calçado?” ... Ser bolsеiro do Governo de Cabo Verde é “ser miserável”, torna Nélsон. “É comer mal”, detalha Osório, que anda às voltas no supermercado em busca do mais barato, a adivinhar doenças de

estômago. “É pouco ou nada sair à noite”, chega Antónia. Nuno aponta consequências na integração na academia, na cidade. Quem gere um orçamento tão reduzido não pode participar em atividades como a praxe ou os jantares do curso. “Aquele capote custa quanto? 150 euros ou quê?” interrompe Osório.

Devido aos crescentes problemas económicos, por exemplo, em Coimbra, o número de estudantes dos PALOP que recorreram ao apoio das instituições de solidariedade registou um aumento de dez vezes nos últimos dois anos. Segundo Jorge Bernardino, coordenador do Serviço Nacional Pastoral do Ensino Superior (SNPES), o facto de alguns responsáveis dos PALOP enviarem estudantes para Portugal com promessas de bolsas que nunca chegam a receber contribui para esta situação⁹. Apesar das referidas dificuldades a opinião da maioria dos respondentes sobre Portugal, em geral e sobre o meio académico, é positiva. A maior parte voltaria a estudar em Portugal, se tivesse de escolher de novo o país anfitrião. QS6CV, sexo feminino, 37 anos, licenciada em Ciências de Comunicação, regressou com uma opinião positiva sobre Portugal e sobre a sua formação:

As minhas expectativas em relação a Portugal cumpriram-se. Senti racismo em algumas situações, mas era muito menos do que aquilo que estava à espera e não me chocou. No universo universitário não notei preconceitos. Tive colegas do Programa Erasmus, com os quais tive bons relacionamentos, sobretudo franceses e espanhóis. A minha opinião sobre Portugal é positiva. Em termos da universidade, tive bons professores, mas como eram figuras públicas e tinham outras ocupações, por vezes faltavam muito às aulas. A crítica que tenho a fazer é que os dois primeiros anos foram muito teóricos. Somente a partir do terceiro ano, quando escolhemos a especialização, é que passamos à prática. Tenho uma avaliação positiva da minha formação, que me deu competências que me permitem trabalhar na área social. Se tivesse de escolher de novo, voltaria a Portugal.

QS7CV, homem, 30 anos, bolseiro do governo de Cabo Verde, licenciado em Economia, partilha esta opinião:

Quando vim a Portugal não sabia o que ia encontrar. Acho que consegui cumprir os meus objetivos pessoais. Houve situações de preconceito, mas não me preocupei com isso. A minha opinião sobre Portugal e os portugueses é positiva. A minha avaliação da universidade e dos professores é também positiva. Considero que os professores eram muito exi-

⁹ “Corrida aos apoios sociais ‘esconde’ problemas de estudantes africanos”, *Fátima Missionária*, 11/06/2012. In <http://www.fatimamissionaria.pt/artigo.php?cod=23609&sec=7>

gentes. Aprendi muito no ISCTE, porque a universidade é muito exigente, o que é bom. Os cursos do ISCTE têm muita reputação em Cabo Verde. Se pudesse escolher de novo voltaria a Portugal e para o ISCTE. Estou a pensar em fazer um mestrado e em princípio será em Portugal.

Também E5CV, sexo masculino, 49 anos, ex-bolseiro em França, estudante de mestrado em Ciência Política, bolseiro do IPAD, faz uma avaliação positiva relativamente ao universo académico que encontrou:

De acordo com aquilo que me disseram parti do princípio de que iria ter alguma dificuldade no relacionamento com os professores. Mas isso não se efetivou, pois tive boas relações com os professores. Estou convicto de que vou conseguir satisfazer as exigências dos professores, o que não aconteceu em França. Quanto aos outros aspetos da vida não tinha expectativas de que iria enfrentar dificuldades. Tenho uma ideia altamente positiva da forma como a universidade funciona e os professores se relacionam com os alunos. O meio académico funciona com muita naturalidade e de forma muito satisfatória apesar das dificuldades, mas estas existem em toda a parte do mundo.

Mais crítico relativamente às suas experiências em Portugal é E6CV, homem, 50 anos, doutorando em Ciências de Educação, bolseiro:

Portugal é um país interessante, cheio de instabilidade, com muitos problemas e angústias. As pessoas vivem num sofrimento. Dificilmente se encontram pessoas a rir e a sorrir. Não sei se as pessoas são saudosistas porque viveram bons momentos que já passaram. Os portugueses são pessoas muito distantes, sobretudo quando comparados com os brasileiros. É melhor estudar em Portugal do que em Cabo Verde, pois tem melhores condições, melhores bibliotecas, melhores professores. Lisboa e Porto são muito diferentes. Lisboa é uma cidade muito fácil de viver. Nota-se um certo medo em relação aos estrangeiros, pois as pessoas não se aproximam. Há um problema com o distanciamento. É uma sociedade de desperdício. Fiquei irritado com os cães que sujam as passadeiras. Essa situação tem de ser resolvida. Isso reflete o nível de educação da população. Na minha opinião, o meio académico português é razoável, pois podia ser melhor se houvesse mais entrosamento entre os alunos. A falta de entrosamento tem a ver com o afastamento. O egoísmo e a competição pelas notas. Não há partilha. Os brasileiros têm uma cultura académica muito mais avançada do que os portugueses. Por outro lado existe uma diferença grande em termos de cultura académica entre cabo-verdianos e portugueses: em Cabo Verde precisamos de ler mais e de sair do nosso mundo. Temos de ser mais abrangentes. Há falta de bases. É necessário abstração e um pensamento mais complexo. Se calhar têm de ler três vezes mais do que os portugueses para poder acompanhar. Já

tinha notado isso no mestrado.

Também E7CV, mulher, 23 anos, estudante de mestrado em Gestão e Administração Pública, sem bolsa, faz umas críticas relativamente ao país de acolhimento e ao meio académico português:

Algumas expectativas em relação a Portugal ficaram um pouco aquém, pois pensava que as pessoas tinham mais vida além do trabalho e o clima não ajuda muito a que as pessoas saiam e convivam. Em Portugal não há tradição do vizinho, em que as pessoas se conhecem e se cumprimentam. Há mais individualismo. Na minha opinião, o meio académico podia ter sido melhor. Podia existir um grupo que ajudasse os estudantes africanos a se adaptarem. Quando os alunos africanos chegam aqui não sabem como as coisas funcionam e não conhecem a vivência em Portugal. Devia haver um grupo de acolhimento que ajudasse com apontamentos, materiais, transportes, salas, dar a conhecer a cidade, a cultura portuguesa. Não criei muitas expectativas. Não tenho motivos de queixa relativamente ao curso. Não me arrependo, embora de início não tivesse uma noção clara sobre o curso que ia fazer. Para mim a vida académica não foi jantares e festas. Nunca fui a jantares do curso, não tive traje académico, não fui às festas académicas. A vida académica para mim foi o estudo.

Para quase todos os regressados, a formação superior permitiu subir na hierarquia social, mas isso não significa que se dissociaram dos amigos e das redes sociais anteriores. A maior parte dos entrevistados de Cabo Verde e São Tomé voltou depois da conclusão da sua formação superior ao seu país ou pretende regressar. Porém, há vários exemplos em que os diplomados trabalharam vários anos em Portugal antes do regresso. Nalguns destes casos, foram sobretudo as redes profissionais que tiveram maior influência, visto que estes diplomados chegaram ao seu país como representantes ou empregados de empresas portuguesas para quem tinham trabalhado em Portugal. No caso de São Tomé, as empresas que se tinham estabelecido no arquipélago em antecipação do *boom* petrolífero retiraram-se quando se aperceberam que este não apareceria tão cedo. Contudo, uma vez regressados ao seu país, os ex-empregados são-tomenses estabeleceram os seus próprios escritórios. QS8CV, mulher, 36 anos, bolseira da Cooperação Portuguesa, licenciada em Gestão de Empresas, é um exemplo dessa minoria que ficou vários anos em Portugal depois da obtenção do diploma:

Depois de ter terminado o curso houve uma sequência de acontecimentos profissionais e pessoais que me levaram a ficar em Portugal durante uns anos. Terminei o curso em 1999 e estava para regressar a Cabo Verde, mas consegui um estágio de inserção na vida ativa que era remune-

rado. Era um estágio do PRODEP – Programa de Estágios no Ensino Superior. Consegui a informação sobre o estágio através da Universidade de Évora. O estágio foi na Fundação Eugénio de Almeida, que produz vinhos, e teve a duração de seis meses. Terminando este estágio ingressei num outro na universidade de nove meses. Era paga pela universidade e pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP). Era um estágio profissional. Depois desse estágio fiquei a trabalhar na universidade entre 2000 e 2008, quando regresssei a Cabo Verde. Dava apoio no Departamento de Economia, na parte das pós-graduações. O facto de ter demorado tanto tempo a regressar não foi só por razões profissionais, mas também tinha razões pessoais, porque o meu namorado estava em Évora. Em 2007 fui de férias a Cabo Verde e decidi que queria regressar ao meu país. Atualmente [2010] ainda estou na fase de adaptação a Cabo Verde, que está muito diferente do país que tinha deixado em 1993.

Também QS9CV, mulher, 31 anos, licenciada em Contabilidade e Auditoria, relata os motivos que a levaram a ficar mais tempo em Portugal:

Hesitei em voltar a Cabo Verde. Concluí o curso em Coimbra em 2003. No último ano do curso comecei a fazer o estágio curricular e profissional. Depois fiquei a trabalhar alguns anos na empresa onde estagiei. Terminei o curso e ingressei no mestrado. Já era efetiva no emprego. Tinha condições para viver. Estive no emprego quatro anos e meio. Mas sentia-me muito só e como estou muito ligada à família decidi regressar. Fiz a parte curricular do mestrado. Iniciei a tese, mas mudei de tema várias vezes e tomei a decisão de desistir. Fiquei com a pós-graduação porque não fiz a parte da tese. Fiz essa pós-graduação na Universidade de Coimbra. Trabalhei e fiz a pós-graduação ao mesmo tempo. Ponderei a hipótese de ir para Angola, porque ouvi dizer que ali havia muitas oportunidades, mas depois desisti da ideia e decidi regressar a Cabo Verde. O regresso não defraudou as minhas expectativas. Estava à espera de algo muito pior. Gostei daquilo que encontrei. Cheguei a Cabo Verde e uma semana depois estava a trabalhar. Não tive tempo de sentir o impacto dos problemas do país. Pedi a familiares que pesquisassem ofertas de emprego. Cansei-me de estar em Coimbra e cheguei a ir a uma entrevista de emprego em Lisboa. Chamaram-me para os testes, mas depois desisti. Voltei definitivamente a Cabo Verde em 2007. Na altura consegui emprego como professora a tempo inteiro no ISCEE, mas depois candidatei-me a uma vaga no banco BVA e consegui entrar no ano seguinte. Agora concilio o trabalho no banco com a docência.

Na realidade, na altura em que esta licenciada regressou já não era tão fácil e tão rápido encontrar o emprego pretendido em Cabo Verde. Devido ao número crescente de pessoas com diplomas universitários e as limitações do mercado laboral nacional, frequentemente os

recém-diplomados não encontraram logo um emprego adequado à sua formação universitária ou tiveram de aceitar empregos que não correspondiam ao nível ou à área da sua formação superior. Neste aspeto, a situação em São Tomé e Príncipe não tem sido melhor, visto que o fraco desenvolvimento económico do país não criou empregos suficientes para o número crescente de diplomados.

Conclusões

Após a independência, em 1975, as instituições de ensino superior portuguesas continuam a desempenhar um papel relevante na formação dos cabo-verdianos e são-tomenses no exterior. Apesar das diversas dificuldades que os estudantes enfrentaram durante os seus cursos, a grande maioria dos que estudaram ou estudam em Portugal tem uma opinião positiva relativamente ao país de acolhimento e ao universo académico português. Consequentemente, a maior parte dos entrevistados voltaria a estudar em Portugal, se pudesse voltar a escolher. Não é possível avaliar o contributo dos quadros formados em Portugal para o desenvolvimento dos seus países. Contudo, a sua permanência e formação em Portugal é também um investimento no estreitamento das relações deste com Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Os dados disponíveis sobre estudantes e diplomas também não permitem estabelecer a proporção dos cabo-verdianos e são-tomenses que conseguiram os seus diplomas de ensino superior em Portugal. As estatísticas permitem apenas constatar que no contexto dos PALOP, proporcionalmente à sua população, os dois pequenos países insulares têm beneficiado mais de vagas em universidades portuguesas e do regime especial de acesso do que outros países. Comparando os dois arquipélagos, Cabo Verde foi privilegiado, tanto em relação às vagas como ao acesso através do regime especial. Esta vantagem de Cabo Verde está diretamente relacionada com o maior desenvolvimento do ensino secundário neste país, que resultou em uma maior percentagem de habitantes com habilitação universitária. Além disso, em Cabo Verde o desenvolvimento do ensino superior é superior ao de São Tomé e Príncipe, o que já resultou numa descida no número de estudantes deste país no exterior. Ao mesmo tempo nota-se, em relação a Portugal, um aumento de estudantes dos dois países que não são beneficiários de nenhuma bolsa, mas dependem do apoio das suas famílias e do seu próprio trabalho para financiar o curso. Quando os atuais estudantes voltarem a Cabo Verde e São Tomé e Príncipe vão enfrentar cada vez mais problemas em encontrar um emprego adequado devido à maior competição dado o número crescente de candidatos com formação superior, e às limitações dos mercados laborais das duas economias. A maior parte dos entrevistados que regressaram aos arquipélagos na última década ainda não teve problemas em encontrar um emprego adequado à sua formação, o que

lhes facilitou a ascensão social dentro das suas sociedades.

Referências

- Andrade, M. P. de. (1997). *Origens do nacionalismo africano*. Lisboa: Dom Quixote.
- DGES (Direcção-Geral do Ensino Superior). (2010). *Relatório das candidaturas nos regimes especiais*. In http://www.dges.mctes.pt/NR/rdonlyres/5FBEBB80-EE4B-4D0F-A469-B2CA5D015FC8/5177/REGI-MESESPECIAIS_2010.pdf
- DGES (Direcção-Geral do Ensino Superior). (2011). *Regimes especiais. palop e Timor-Leste 2006-2010*. In http://www.dges.mctes.pt/NR/rdonlyres/65940C16-E227-4AA2-9DF1-F1478932A8EF/5634/RE_PA-LOptimorleste_0610.pdf
- DGESC (Direcção-Geral do Ensino Superior e Ciência). (2010). *Dados do ensino superior em Cabo Verde*. Praia: DGESC.
- Embaixada de Cabo Verde em Portugal. Serviço de Cooperação. Departamento de Estudantes (2009). *Guia do estudante cabo-verdiano*. In <http://www.embcv.pt/ficheiros/guia2009.pdf>
- GPEARI (Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais). (2009). *Ciência, tecnologia e ensino superior. Cooperação entre Portugal e a Comunidade de Países de Língua Portuguesa* (Dados estatísticos). Lisboa: GPEARI.
- INE-CV (Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde). (n.d.). *Comunicar para o desenvolvimento. 2010 – Nível do ensino. Habilitados com curso médio ou superior quintuplicam em 10 anos*. In <http://www.ine.cv/actualise%5Cdestaques%5CFiles%5CINE-A%20Semana-29042011-Ensino-200dpi-CMYK.pdf>
- INE-STP (Instituto Nacional de Estatística de São Tomé e Príncipe). (2003). *RGPH 2001. Características educacionais da população*. S. Tomé: INE.
- Lopes, J. V. (2002). *Cabo Verde. Os bastidores da independência*. Praia: Spleen.
- Oliveira, J. E. da C. (1993). *A economia de S. Tomé e Príncipe*. Lisboa: Instituto para a Cooperação Económica.
- Público*, 17 de outubro de 2010.
- Tolentino, A. C. (2007). *Universidade e transformação social nos pequenos Estados em desenvolvimento: O caso de Cabo Verde*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Vicente, P. C. (2007). *Corrupted scholarships*. In <http://www.pedrovicente.org/scholar.pdf>